

# **Proposta de PDIRGN 2015 - Plano Decenal Indicativo de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de Gás Natural Liquefeito para o período 2016-2025**

## **Comentários da CIP no âmbito da 52.ª Consulta Pública da ERSE**

### **1. Pressupostos e conteúdo do Plano**

A proposta de PDIRGN 2015 (Plano Decenal Indicativo de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL para o período 2016-2025) foi colocada pela ERSE em Consulta Pública, até 04/01/2016, e apresenta propostas de investimento para o período 2016-2025 no valor de 413,532 milhões de euros, sendo de destacar que, para a primeira fase até 2019, a despesa será de 210,498 milhões de euros correspondente, na sua maior parte, à construção da terceira interligação Portugal/Espanha.

Este valor é inferior ao que foi apresentado em 2013 (mais de 500 milhões de euros), sobretudo por já não incluir a construção de seis cavernas para armazenagem de gás natural no Carriço.

Esta proposta de Plano contempla, de acordo com o seu Anexo VI:

- Na primeira fase (2016-2017), a execução da terceira interligação Portugal/Espanha que compreende o troço de gasoduto entre Celorico da Beira e Vale de Frades, e a instalação, no Carregado, de uma nova estação de compressão, no valor total previsto de 161,126 milhões de euros;
- Ainda na primeira fase (2016), um conjunto de investimentos de valor unitário mais reduzido, para melhoria operacional, adequação regulamentar e substituição de equipamentos em fim de vida útil no valor total de 31,311 milhões de euros, sendo que a maior parte, no valor de 19,676 milhões de euros está já em curso;
- Também na primeira fase, estão previstos o aumento da capacidade de injeção e de entrega de gás na armazenagem subterrânea do Carriço e a adaptação de equipamentos de receção e carga para navios até 40 mil toneladas no valor total de 9,807 milhões de euros;
- Na segunda fase (2018-2025), e no que respeita à rede de transporte, estão previstos trabalhos de ampliação da terceira interligação entre

Portugal e Espanha e do gasoduto entre Cantanhede e o Carrigo no valor de 133,433 milhões de euros;

- Para a segunda fase (2018-2025), está também prevista a construção de mais uma cavidade na armazenagem subterrânea do Carrigo no valor de 41,601 milhões de euros, e trabalhos de ampliação no terminal de Sines com o custo previsto de 28 milhões de euros.

O PDIRGN 2015 prevê, assim, na sua primeira fase, a realização da terceira interligação Portugal/Espanha materializada, na prática, através da instalação, no Carregado, de uma estação de compressão e da construção de um gasoduto entre Mangualde e Vale de Frades, no pressuposto da sua ligação à rede espanhola em Zamora, no valor de cerca de 160 milhões de euros, ao qual se adiciona um montante de pouco menos de 50 milhões de euros correspondentes a investimentos de substituição ou de melhoria de desempenho.

Para uma segunda fase, para já meramente indicativa, são mencionados projetos no valor de cerca de 200 milhões de euros.

Este conjunto de investimentos deverá, no entanto, ser confrontado com as perspetivas de evolução da procura de gás natural e de desenvolvimento do MIBGAS.

A proposta de Plano apresenta dois cenários para a evolução da procura de gás natural:

- a) Previsão, pela REN, de aumento anual da procura em cerca de 1% em média, no pressuposto de que a procura para a produção de eletricidade não será muito alterada, pois as centrais termoelétricas a carvão manterão atividade.

Neste cenário, a procura máxima de 57,8 TWh atingida em 2010 só seria igualada em 2024.

- b) Previsão da DGEG no seu cenário de Segurança de Abastecimento, de crescimento dos consumos de gás natural de 4,8 % ao ano, com o descomissionamento das duas centrais termoelétricas a carvão em, respetivamente, 2017 e 2021.

O consumo total de gás natural, neste cenário, apresentaria um patamar estável de cerca de 53,5 TWh entre 2015 e 2017, um segundo patamar de cerca de 68,5 TWh entre 2018 e 2021, e um terceiro patamar de cerca de 80 TWh a partir de 2021.

## **2. Comentários da CIP**

Esta proposta de Plano, embora tenha deixado cair os projetos de execução de várias cavernas para armazenagem de gás natural, mantém como ponto principal a construção de uma terceira interligação entre Portugal e Espanha, entre Mangualde e Zamora, por razões de cumprimento do critério “N-1”, em simultâneo com a intenção de promoção de uma maior integração dos mercados dentro do MIBGAS.

No entanto, a CIP, tal como há dois anos, considera que os critérios comunitários de segurança de abastecimento poderão ser obrigatórios, e a integração dos mercados pode ser um objetivo de curto prazo, mas não se vê que existam benefícios suficientes que justifiquem, nos próximos anos (3 a 5 anos), qualquer pressão, por este motivo, sobre o valor da tarifa de acesso às redes. E muito em especial se, como tudo indica, e o próprio Plano reconhece, as duas Centrais de Sines e do Pêgo, continuarem a funcionar para além de 2021, em consonância com decisões de sentido análogo tomadas por outros países europeus.

Para mais, a CIP tem como certo que a integração dos mercados só será uma realidade com a abolição do “pancaking” e com a instalação de uma nova ligação Espanha/França da rede europeia de gás natural, na Catalunha e servindo diretamente a região de Barcelona. Só desta forma se potenciará uma dimensão europeia aos terminais gasistas já existentes na Península Ibérica e se porá Portugal num verdadeiro mercado europeu de gás natural.

Estas condições não estão cumpridas do ponto de vista da integração dos mercados e entendemos que são prévias a uma “luz verde” para estes investimentos.

Entendemos, também, que um projeto de interesse comunitário, como é o da terceira interligação entre Portugal e Espanha, deve ter participação significativa dos fundos comunitários, prioritária, para suprimir a realidade que é a “ilha Ibérica” e que será exigível que o promotor das obras disponha de financiamentos em condições que se compaginem com obras de serviço público e de relevância para toda a Europa. Ou seja, uma parte significativa destas verbas deve vir diretamente das verbas comuns destinadas às redes transeuropeias, ficando, portanto, fora das verbas concedidas através do apoio às redes portuguesas de gás natural.

Neste ponto, é fundamental o empenhamento dos Estados Português e Espanhol junto das várias instituições europeias para além dos esforços desenvolvidos pelos promotores das candidaturas à participação comunitária (os operadores da rede de transporte portuguesa e espanhola).

Em conclusão, a CIP observa o seguinte:

- **Qualquer autorização para a realização, mesmo que parcial, do gasoduto Mangualde/Zamora, deve ser precedida da certeza de que, quer as obras a cargo de Espanha, quer os trabalhos da nova ligação Espanha/França estão decididos e adjudicados; e considera mesmo que este princípio de condicionalidade absoluta é o único compatível com as prioridades já definidas para as redes transeuropeias, pelas instâncias comunitárias;**
- Que esta decisão da ligação Mangualde / Zamora esteja também dependente de um eventual descomissionamento das Centrais de Sines e do Pêgo;
- Que se executem os investimentos devidos a uma maior operacionalidade no sistema de armazenagem do Carriço, bem como os que promovam melhorias operacionais, adequação regulamentar ou substituição de equipamentos em fim de vida útil, que não nos suscitam quaisquer objeções e para cujo critério se confia na reconhecida capacidade técnica do operador da rede de transporte de gás natural.

Recomenda-se assim que a decisão sobre os projetos de construção do gasoduto Mangualde/Vale de Frades e da instalação de uma nova estação de compressão no Carregado aguarde por novos desenvolvimentos, quer do MIBGAS, quer das ligações Espanha/França, quer do que realmente for o regime de exploração da Central Termoelétrica de Sines.

**A CIP tem as maiores dúvidas de que, em 2017 e 2021, sejam descomissionadas as duas centrais termoelétricas a carvão e espera que os responsáveis nacionais pela política energética não cometam a imprudência de basear o “backup” de produção fóssil de eletricidade apenas num combustível, neste caso o gás natural, cujo preço, para mais, está sujeito a perigosas flutuações, pois ainda está indexado aos preços do petróleo.**

Considera-se, finalmente, que nesta fase ainda extremamente difícil da economia portuguesa, a competitividade das empresas, designadamente produtoras de bens transacionáveis ou exportadoras, deve ser preservada, não sendo de encarar que os consumidores suportem investimentos cujos benefícios não estão contabilizados nem apresentam prazos à vista.